

BC pretende reescalonar pagamento de amortização da dívida vencida em 86

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O governo brasileiro pretende encontrar com os credores uma forma de reescalonamento no pagamento da amortização da dívida que vencem em 1986 — cerca de US\$ 9 bilhões — ou, na pior das hipóteses, acertar uma prorrogação do prazo previsto no acordo provisório, sem o que poderá ver-se na contingência de efetuar a remessa do principal vencido no ano passado para pagamento aos bancos credores. Esse assunto deverá ser discutido no dia 10 pelo presidente do Banco Central (BC) com os bancos credores.

Uma categorizada fonte do Ministério da Fazenda assegurou ontem a este jornal que o Brasil não vai colocar a renegociação da dívida externa, em termos amplos, na mesa do comitê assessor. "É preciso ficar claro que o comitê funciona simplesmente como um canal pelo qual se faz a comunicação com os bancos credores, e não é fórum adequado para a negociação da dívida, como se fez no passado." O governo brasileiro parece, portanto, determinado a desencadear o processo de acerto externo, em novas bases, em um nível mais alto, na esfera de governos credores e através de conversas diretas com os presidentes dos bancos privados com os

quais o País tem compromissos.

O Brasil sabe o que quer dos bancos e a proposta para um acerto com os credores está pronta. Seus termos são do conhecimento de poucas pessoas dentro do governo — existe um acordo tácito para que não haja vazamento antes do momento adequado —, mas vão reforçar a bagagem que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, leva consigo na viagem que fará aos Estados Unidos, para participar da reunião do comitê do Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir do próximo dia 8.

A mesma fonte deixou também claro que o presidente do BC não vai levar ao comitê nenhum programa econômico brasileiro. Esse será conhecido hoje no Brasil, durante o pronunciamento que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, fará no Congresso Nacional. O programa econômico foi montado para os próximos quatro anos, com previsões sobre o crescimento da economia, e trará bem definido no papel diretor no sentido de que não sejam excedidas, além de 2,5% do Produto Interno Bruto por ano, as transferências reais de divisas para o exterior. Os bancos credores tomarão conhecimento do programa tão logo esse seja anunciado internamente, no Congresso Nacional.